

Na sequência da Newsletters Especiais (1), (1.1), (1.2), (1.3), (1.4), (1.5), (1.6), (1.7), (1.8) e (1.9) publicadas, respetivamente, em 20 e 26 de março, 3, 9, 17 e 24 de abril, 4, 12 e 18 de maio e 3 de agosto, referentes às principais medidas de âmbito excecional destinadas à prevenção, contenção e tratamento do COVID-19 e a atenuar os efeitos económicos e sociais para as empresas e os cidadãos, vimos atualizá-las com as principais medidas conhecidas desde a última.

MEDIDAS DE ÂMBITO FISCAL E DA SEGURANÇA SOCIAL

PORTARIA N.º 184/2020, DE 5 DE AGOSTO, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

A Portaria n.º 184/2020, de 5 de agosto, determinou a prorrogação da suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas de entidades candidatas ou promotoras ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), I. P., para a aprovação de candidaturas e realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, I. P., às respetivas entidades, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional em vigor, determinado através da Portaria n.º 94-B/2020, de 17 de abril.

PORTARIA N.º 193/2020, DE 10 DE AGOSTO, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A Portaria n.º 193/2020, de 10 de agosto, estabeleceu medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia causada pela doença COVID-19 no âmbito dos apoios financeiros atribuídos às associações de jovens no ano de 2020.

DECRETO-LEI N.º 53/2020, DE 11 DE AGOSTO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 53/2020, de 11 de agosto, transpôs a Diretiva (UE) 2020/876, de 24 de junho de 2020, no sentido de diferir prazos para a apresentação e troca de informações no domínio da fiscalidade devido à pandemia da doença COVID-19.

DESPACHO N.º 7846/2020, DE 11 DE AGOSTO, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO, DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Despacho n.º 7846/2020, de 11 de agosto, determinou a prorrogação do regime vertido no Despacho n.º 3485-C/2020, de 19 de março, alterado e complementado pelos Despachos ns.º 4395/2020, 5638-C/2020 e 5897-B/2020, respetivamente de 10 de abril, 20 de maio e 28 de maio, relativo aos apoios para os formandos e os destinatários integrados nas medidas ativas de emprego, impedidos de frequentar as ações ou projeto.

DESPACHO N.º 330/2020-XXII, DE 13 DE AGOSTO, DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DOS ASSUNTOS FISCAIS

O Despacho n.º 330/2020-XXII, de 13 de agosto, determinou o prazo de entrega de declarações periódicas de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

LEI N.º 34/2020, DE 13 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 34/2020, de 13 de agosto, estabeleceu o regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes.

LEI N.º 35/2020, DE 13 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto, alterou as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorrogou o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, e à Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, que estipulou um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 58-A/2020, DE 14 DE AGOSTO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 58-A/2020, de 14 de agosto, clarificou as medidas excecionais e temporárias no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social.

DESPACHO N.º 8029-A/2020, DE 17 DE AGOSTO, DO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

O Despacho n.º 8029-A/2020, de 17 de agosto, determinou a concessão de uma garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito do apoio às empresas nacionais decorrentes da pandemia da doença COVID-19.

LEI N.º 42/2020, DE 18 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 42/2020, de 18 de agosto, introduziu a primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que estabeleceu um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

LEI N.º 43/2020, DE 18 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 43/2020, de 18 de agosto, estabeleceu o regime fiscal temporário das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorrogou a isenção de IVA nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à pandemia da doença COVID-19, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, que estabeleceu medidas fiscais, alargou o limite para a concessão de garantias, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procedeu à primeira alteração à Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que publicou o Orçamento do Estado para 2020.

LEI N.º 45/2020, DE 20 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 45/2020, de 20 de agosto, alterou o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril.

DESPACHO N.º 8148/2020, DE 21 DE AGOSTO, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO, DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Despacho n.º 8148/2020, de 21 de agosto, definiu medidas excecionais e temporárias que salvaguardem a viabilidade das empresas e outras entidades empregadoras beneficiárias dos apoios financeiros públicos.

PORTARIA N.º 207/2020, DE 27 DE AGOSTO, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

A Portaria n.º 207/2020, de 27 de agosto, regulou a medida Incentivo ATIVAR.PT, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no IEFP, I. P..

DESPACHO N.º 8320/2020, DE 28 DE AGOSTO, DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DOS ASSUNTOS FISCAIS

O Despacho n.º 8320/2020, de 28 de agosto, regulamentou a suspensão temporária do pagamento por conta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos do artigo 2º da Lei n.º 29/2020, de 31 de julho, que determinou medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas no quadro da resposta à doença COVID-19.

DESPACHO N.º 8422/2020, DE 2 DE SETEMBRO, DOS GABINETES DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DOS ASSUNTOS FISCAIS E DAS SECRETÁRIAS DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL E ADJUNTA E DA SAÚDE

O Despacho n.º 8422/2020, de 2 de setembro, alterou o Despacho n.º 5638-A/2020, de 18 de maio, que aprovou as listas das entidades que beneficiam da isenção do IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19.

MEDIDAS DESTINADAS A ATENUAR OS EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

LEI N.º 36/2020, DE 13 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 36/2020, de 13 de agosto, determinou a suspensão dos prazos de caducidade dos contratos de trabalho dos trabalhadores de instituições de ciência, tecnologia e ensino superior.

DESPACHO N.º 8235/2020, DE 25 DE AGOSTO, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS

O Despacho n.º 8235/2020, de 25 de agosto, prorrogou os prazos previstos no n.º 3 do artigo 26.º do Regulamento que estabelece o quadro para a homologação CE de Modelo de Automóveis e Reboques, Seus Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/2010, de 12 de março.

MEDIDAS RELATIVAS À PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E TRATAMENTO DO COVID-19

DECRETO-LEI N.º 51/2020, DE 7 DE AGOSTO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 51/2020, de 7 de agosto, alterou as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 58-B/2020, DE 7 DE AGOSTO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 58-B/2020, de 7 de agosto, alterou as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

DELIBERAÇÃO N.º 802/2020, DE 10 DE AGOSTO, DA COMISSÃO NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A Deliberação n.º 802/2020, de 10 de agosto, deliberou a utilização de exames finais nacionais do ensino secundário, realizados na 2.ª fase de exames do ano letivo de 2019-2020, na candidatura ao ensino superior de 2020-2021.

LEI N.º 31/2020, DE 11 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 31/2020, de 11 de agosto, introduziu a primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que alterou as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

RESOLUÇÃO N.º 63-A/2020, DE 14 DE AGOSTO, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 63-A/2020, de 14 de agosto, prorrogou a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

LEI N.º 38/2020, DE 18 DE AGOSTO, DA ASSEMBLIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 38/2020, de 18 de agosto, estabeleceu medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do ensino superior público.

RESOLUÇÃO N.º 68-A/2020, DE 28 DE AGOSTO, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 68-A/2020, de 28 de agosto, prorrogou a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

PORTARIA N.º 207-A/2020, DE 28 DE AGOSTO, DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL E AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

A Portaria n.º 207-A/2020, de 28 de agosto, procedeu à segunda alteração à Portaria n.º 136/2020, de 4 de junho, alterada pela Portaria n.º 139-A/2020, de 12 de junho, que procedeu, para o ano de 2020, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, em território nacional.

MEDIDAS RELATIVAS À SAÚDE E PROTEÇÃO À FAMÍLIA

DECRETO-LEI N.º 52/2020, DE 11 DE AGOSTO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 52/2020, de 11 de agosto, estabeleceu o responsável pelo tratamento dos dados e regula a intervenção do médico no sistema STAYAWAY COVID.

RESOLUÇÃO N.º 64-A/2020, DE 20 DE AGOSTO, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 64-A/2020, de 20 de agosto, delegou competências no membro do Governo responsável pela área da saúde para a prática de vários atos e autoriza a realização de despesa relativa à aquisição de vacinas contra a COVID-19, no âmbito do procedimento europeu centralizado.

DESPACHO N.º 8118-A/2020, DE 20 DE AGOSTO, DOS GABINETES DA MINISTRA DA SAÚDE E DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

O Despacho n.º 8118-A/2020, de 20 de agosto, determinou o reforço do investimento na Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação em Medicina Intensiva.

MEDIDAS QUE COMPORTAM RESTRIÇÕES DE MOBILIDADE E TRANSPORTE

DESPACHO N.º 8001-A/2020, DE 14 DE AGOSTO, DOS GABINETES DO MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

O Despacho n.º 8001-A/2020, de 14 de agosto, prorrogou as medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal, até às 23 horas e 59 minutos do dia 31 de agosto de 2020.

DESPACHO N.º 8001-B/2020, DE 14 DE AGOSTO, DOS GABINETES DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS COMUNICAÇÕES

O Despacho n.º 8001-B/2020, de 14 de agosto, manteve a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais, até às 23 horas e 59 minutos do dia 31 de agosto de 2020.

DESPACHO N.º 8391-A/2020, DE 31 DE AGOSTO, DOS GABINETES DO MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

O Despacho n.º 8391-A/2020, de 31 de agosto, prorrogou as medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal, até às 23 horas e 59 minutos do dia 14 de setembro de 2020.

DESPACHO N.º 8414-B/2020, DE 1 DE SETEMBRO, DOS GABINETES DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS COMUNICAÇÕES

O Despacho n.º 8414-B/2020, de 1 de setembro, manteve a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais, até às 23 horas e 59 minutos do dia 14 de setembro de 2020.

MEDIDAS RELATIVAS A SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO N.º 7644/2020, DE 4 DE AGOSTO, DOS GABINETES DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS MINISTRAS DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E DA SAÚDE

O Despacho n.º 7644/2020, de 4 de agosto, determinou que os intervenientes na gestão de casos de doença COVID-19 e dos seus contactos, que participam na vigilância epidemiológica e no apoio à sua realização, se encontram vinculados a um especial dever de colaboração e de celeridade na sua atuação, no quadro das suas competências.